

CORPUS, CLASSES E COLETÂNEAS EM ANÁLISE DA CONVERSÇÃO

Michel de FORNEL¹
Maud VERDIER²

tradutores:
Érika de MORAES³
Hélio OLIVEIRA⁴

Resumo

Os últimos vinte anos presenciaram o surgimento de uma forte convergência entre uma abordagem aplicada dedicada à criação de grandes *corpora*, sua codificação e rotulagem, e diversas teorias linguísticas cujas análises são baseadas em tais *corpora*. Para a análise da conversação (ou linguística interacional) tal convergência não parece possível, pois sua abordagem é qualitativa e se apoia em “pequenos” *corpora*. Além disso, é necessário um exame minucioso do contexto social das interações coletadas, o que não pode, portanto, ser reduzido à coleta de metadados. Uma questão surge imediatamente: a noção de um “pequeno” *corpus* tem validade no plano epistemológico? Este artigo mostra que uma resposta positiva pode ser dada a essa pergunta e que é possível fundamentá-la em razão de uma prática que, na maioria das vezes, está envolta em falsas evidências.

Palavras-chave: análise da conversação, caso singular (análise), classes, *corpus*, epistemologia.

Introdução

Há duas décadas, surgiu uma corrente de linguística aplicada, que se dedica à criação de grandes *corpora*, sua codificação e sua etiquetagem, bem como à implementação de métodos quantitativos, em particular técnicas de coleta e extração. Essa tendência despertou ainda mais interesse à medida que o uso de dados verificados se tornou um pré-requisito para muitas abordagens linguísticas. É o caso, por exemplo, das gramáticas de construção, cujas análises se baseiam na identificação de

¹ École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, LIAS-IMM – UMR 8178/CNRS-EHESS

² Université Paul Valéry Montpellier 3, CNRS, PRAXILING UMR 5267

³ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Campus de Bauru e PPGEL IBILCE-Unesp, S. J. do Rio Preto. E-mail: erikademoraes@uol.com.br

⁴ Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos, Unifeob, São João da Boa Vista, SP. E-mail: helio.oliveira@unifeob.pro.br

regularidades gramaticais atestadas nos usos, e não na utilização de exemplos construídos com base em julgamentos de gramaticalidade. O ônus da prova recai então de forma central sobre a existência de exemplos em quantidade suficiente e, conseqüentemente, sobre a disponibilidade de *corpus* “confiáveis”, tanto no plano qualitativo quanto quantitativo. Não será surpresa que uma aliança tenha tomado forma, com uma abordagem fundamental e uma abordagem aplicada apoiando-se uma na outra.

O que dizer então de uma abordagem, a análise da conversação (ou linguística interacional) que, ao contrário da pragmática, não pode ser concebida sem a constituição de um *corpus* de interações “naturais”? Podemos imaginar uma aliança da mesma natureza? Um obstáculo se apresenta imediatamente: a análise da conversação utiliza de modo geral “pequenos” *corpora*, a sua abordagem é qualitativa e exige um exame aprofundado das situações sociais, um exame que pertence à sua abordagem teórica e não pode, portanto, ser reduzido à coleta de metadados. Todos esses são elementos que precisarão ser explorados, mas que convidam a pensar que a resposta bem poderia ser negativa. Mas, neste caso, uma questão surge imediatamente: o que é um *corpus* de análise de conversação? Pode-se, por exemplo, considerar que a noção de pequenos *corpus* tem validade epistemológica? Trata-se de uma limitação inerente à sua abordagem e que, portanto, pode ser afirmada de forma positiva? Em suma, pode-se, além disso, encontrar uma razão prática que, na maioria das vezes, está envolta em falsas evidências.

1. A análise da conversação

A análise da conversação de inspiração etnometodológica, desde o seu início, propõe análises sequenciais a partir de dados gravados e transcritos de acordo com procedimentos precisos. Esses dados são em geral compilados pessoalmente por um pesquisador (ou um grupo de pesquisadores) segundo métodos de investigação fundamentados, em função dos objetos que desejam estudar. Acontece com frequência que se obtenha um *corpus* substancial, uma vez que nenhuma limitação de tamanho é dada à coleta. O limite inferior de um milhão de palavras proposto por alguns autores (por exemplo, Fachinetti [ed.] 2007) em linguística de *corpus* pode ser facilmente cruzado. Os dados transcritos podem ser utilmente submetidos a procedimentos de lematização, a fim de identificar, por exemplo, silêncios ou sobreposições. Porém, a

análise da conversação não parece incluir em seu horizonte a constituição de grandes *corpora* que permitam a utilização de algoritmos de busca e extração.

Na prática, ela seleciona uma série de trechos e, portanto, baseia suas análises na utilização de pequenos *corpora*. É possível enumerar as vantagens (refinamento das análises, adequação observacional e empírica) e os inconvenientes (falta de robustez, generalização problemática) de tal abordagem. No entanto, não parece que a abordagem conversacional seja capaz de motivar, em termos metodológicos, o recurso, na prática, a *corpora* de tamanhos reduzidos. De modo geral, a análise de conversação impõe apenas uma restrição ao tipo de *corpus* que pode ser submetido a uma análise conversacional: devem ser dados “naturais”, ou seja, dados interacionais coletados em situações que apresentem características sociológicas precisas. Podem assim ser considerados problemáticos os dados constituídos a partir de situações de entrevistas, ou obtidos ao reunir pessoas e pedir-lhes que falem de um determinado tema, ou de situações encenadas, que não podem ser objetos de análise apenas com a condição de levar em conta seu modo particular de constituição.

Deixando à parte a existência de considerações práticas, ou porque a gravação de um evento social comporta limites no plano temporal, nada parece justificar no plano metodológico as restrições impostas pela análise da conversação sobre o tamanho de seu *corpus*. As razões são mais profundas, como mostraremos, relacionando-se com a abordagem analítica praticada por esta disciplina.

2. Metodologia de análise da conversação

A análise da conversação se constituiu como uma corrente científica com Sacks, Schegloff e Jefferson (ver Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974, Sacks, 1992 e Schegloff, 1987). Como um estudo do discurso em interação, esta corrente⁵ geralmente busca descrever e analisar os diferentes níveis de organização da conversação (turno de fala, sequências de ações, organização temática) por meio de uma análise de práticas interacionais que contribuíram para sua produção (Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974;

⁵ Fornel e Léon lembram que o objeto da análise da conversação é “o discurso em interação, o discurso na medida em que foi produzido conjuntamente por dois ou mais participantes. A análise da conversação parte do fato de que a interação verbal ocorre de maneira ordenada e que, como tal, possui uma estrutura complexa organizada sequencialmente por meio do sistema de turnos de fala. Os participantes de uma interação podem utilizar como recurso fundamental a existência dessa estrutura para organizar e realizar de forma situada suas interações” (Fornel e Léon, 2000: 144).

Schegloff 1987, 1993; Fornel e Léon, 2000). Para tanto, apoia-se na constituição de classes de fenômenos ou no agrupamento em forma de coletâneas de casos singulares. Trata-se de compreender o que é o discurso em interação e como esse discurso contribui para produzir e reproduzir a ordem social:

Estamos engajados, entre outras coisas, no estudo da organização da ação social, pois isso é, de fato, tratar de interação. Por mais humilde que seja a ocasião e por mais trivial que seja a busca, os fragmentos de conversação em estudo recebem dignidade por serem instâncias de ação social nos mundos reais das vidas das pessoas, instâncias por meio das quais temas muito mais grandiosos podem frequentemente ser vistos com mais clareza. (Schegloff, 1987: 102)

Tal objetivo supõe a constituição de um *corpus* de dados importantes (quantidades substanciais de dados, Schegloff, 1992). A abordagem empírica apoia-se no registo audiovisual de interações em contexto natural, transcritas e analisadas, tendo como objetivo a descoberta e a explicação de regularidades estruturais:

o esforço é elucidar e descrever a estrutura de um fenômeno coerente e naturalmente delimitado ou o domínio de fenômenos em interação, como é organizado e as práticas pelas quais é produzido. (Schegloff 1987, 101)

Para estabelecer um estudo fundamentado dos fenômenos interacionais, a análise da conversação cria seus *corpora* de referência de duas maneiras: ela constitui ou “classes” ou uma “coletânea” de casos singulares. Não é inútil especificar as motivações que levam a esse duplo procedimento que faz parte da prática comum de análise de conversação. Dois exemplos entre muitos outros. Assim, Pomerantz (1984) e Fornel (1990), para estudar a estruturação em pares de ações (elogios, felicitações etc.), apoiam-se no exame progressivo de uma classe de exemplos. Schegloff (1988) desenvolve uma análise aprofundada de uma situação interacional envolvendo o anúncio de uma má notícia, análise que lhe permite propor a existência do dispositivo interacional seguinte: ao invés de anunciar diretamente a má notícia, seu portador pergunta ao interlocutor se ele tem conhecimento (por exemplo, “sabe o que aconteceu ontem?”); este pode responder sugerindo uma notícia particularmente catastrófica, permitindo ao portador da notícia anunciar que as más notícias não são tão graves, eximindo-o de parte da responsabilidade pelo anúncio.

Cabe uma precisão. Só podemos lamentar o uso infeliz do termo “coletânea” para se referir a um e outro procedimento, no trabalho francês de análise da conversação, um termo que mantém as ambiguidades do uso do termo em inglês “collection” (que se refere na verdade a classes). Vamos primeiro especificar o que se entende por classes e por coletâneas de exemplos.

2.1 Classes

Uma classe é obtida procurando sistematicamente nos *corpora* disponíveis fragmentos conversacionais que apresentem uma “semelhança de família”, tendo em vista o fenômeno conversacional que se deseja estudar. Dado que se trata de uma análise sequencial, não se escolhem enunciados isolados, mas sequências cujo tamanho pode variar de acordo com a necessidade do estudo. Dispõe-se de um “conjunto de fragmentos, então, para explicar um único fenômeno ou um único domínio de fenômenos” (Schegloff 1987: 101). O uso comum do termo “coletânea” por Schegloff e outros não é adequado: ele sugere que se reuniu um conjunto de fragmentos sem prejudicar a análise que será realizada, enquanto o mais frequente é que aqueles foram selecionados justamente pela similaridade (ou semelhança familiar) que apresentam. É mais precisamente uma classe que construímos e não uma coletânea. A razão de tal uso terminológico problemático deve-se, sem dúvida, à manutenção de um termo que era adequado durante a fase preliminar da investigação (quando foram reunidos fragmentos que poderiam ser de interesse para o estudo planejado), mas que não o são mais desde que, tendo se decidido se interessar por um fenômeno conversacional preciso, é necessário dispor de um conjunto suficiente de ocorrências semelhantes (e mesmo que a semelhança seja apenas parcial). A classe terá origem no mesmo tipo de *corpus* (por exemplo, sequências de anúncios de boas ou más notícias em situações quotidianas), ou de diferentes tipos de *corpora* (por exemplo, situações ordinárias e consultas médicas). No primeiro caso, a análise realizada assemelha-se à de um naturalista que se interessa pelo comportamento dos membros de uma espécie em determinado ecossistema dado e, no segundo caso, à de outro naturalista recolhendo espécimes de uma espécie de diferentes ecossistemas com objetivo de fazer uma análise sistemática e comparativa (sobre este segundo caso, ver Clayman e Gill, 2004: 591). Numerosos estudos conversacionais têm se apoiado na constituição de tais classes para estudar diferentes fenômenos sequenciais nos quais se procura sistematicamente descobrir a base

interacional, por exemplo, os formatos de aberturas (Schegloff e Sacks, 1973), os tipos de gestão sequencial de subentendidos (Schegloff, 1996), assim como os formatos de avaliação positiva e elogios (Pomerantz, 1984), reparações (Schegloff, 1992), anúncios de notícias (Maynard, 1997), questões totais (Heritage e Raymond, 2012) etc. Da mesma forma, pudemos estudar a partir da identificação de classes ou subclasses de fenômenos prosódicos (por exemplo, as mudanças de ritmo nos segmentos de fechamento ou o tipo de entonação final nas questões parciais) ou ordem gestual (por exemplo, a presença de gestos de interação em sequências avaliativas, ou gestos de uma natureza particular em sequências de reparação).

O objetivo não é tanto alcançar uma taxonomia pertinente (que pode ser útil), mas chegar a uma análise sequencial adequada baseada na observação de práticas conversacionais recorrentes. Na prática, geralmente procedemos em etapas. À medida que a análise de um determinado fenômeno conversacional progride, os critérios de partida (tipo de sequências, modo de expansão, lugar no sistema de preferências etc.) podem ser modificados, o que conduz, na maioria das vezes, a retirar os extratos ou a adicionar outros. Pode ser necessário operar uma divisão em subclasses ou uma remodelagem completa das classes de partida.

2.2. Casos singulares e coletâneas

A análise da conversação tem privilegiado, sem sombra de dúvida, o recurso a classes, sem critérios de limitação além das práticas, o que permite um aumento da generalidade das análises sequenciais propostas, ao mesmo tempo em que demonstra, exemplo após exemplo, que as sequências que estuda apresentam um caráter co-construído e são o resultado de uma realização prática. Precisamente, para tratar deste segundo aspecto, que implica interessar-se por todos os detalhes significativos da interação e, em particular, pelo papel desempenhado pela multimodalidade (olhar, gesto, postura ou, em certos casos, manipulação de objetos, Fornel, 1994), acontece muitas vezes de proceder um estudo aprofundado de um caso singular⁶ (análise de caso único, Schegloff, 1993: 102; Mondada, 2008). É assim que Schegloff (2000), para explicar as

⁶ O caso estudado por Whalen et al. (1988) apresenta uma chamada de emergência para os bombeiros que termina tragicamente com a morte da mãe de quem chamou por socorro.

diferenças nos níveis de granularidade⁷ na determinação das ações realizadas em uma sequência de vários turnos de fala, apoia-se em um único trecho de interação, o início de uma narração produzida durante uma discussão entre amigos sobre carros, ou que Goodwin explora as modalidades de desenvolvimento de uma narração coproduzida por vários participantes (Goodwin, 1984). Alguns analistas de conversação consideram, no entanto, que o exame de um caso singular seja apenas a primeira etapa da análise:

[a] Embora a análise frequentemente comece examinando um único fragmento de interação, este é normalmente o primeiro passo em uma análise mais profunda que transcende aquele fragmento particular e lança luz sobre práticas e organizações de prática que aparecem em conjunto e são consequentes para inúmeras interações (Clayman et Gill, 2004: 601).

A bem da verdade, é raro que se limite a estudar um único extrato. Frequentemente, é efetuada uma análise comparada com outros extratos que apresentem características diferentes e permitam tornar a análise mais complexa. É assim constituída uma coletânea, um agregado de casos singulares. Um caso singular não constituiria, portanto, um *corpus*. Essa coletânea tem, no entanto, pouco a ver com classe, porque a semelhança de família, se pode estar presente, não está em questão.

2.3. Metodologia de pesquisa sobre corpus

Especifiquemos o processo que leva à constituição de uma classe ou de uma coletânea. Peguemos o exemplo do estudo de John Heritage sobre os usos da partícula *oh* em inglês como o primeiro elemento de um turno de fala. Heritage relata a seguir a primeira vez que ele tomou consciência de como essa partícula era utilizada na conversação:

Minha primeira observação do “oh-prefaciante” como um fenômeno ocorreu durante uma entrevista com uma celebridade, envolvendo um membro da família real britânica, Sua Alteza Real, a Princesa Margaret. O contexto era um programa de rádio britânico chamado “Desert Island Discs”. Seu formato envolve questionar os convidados

⁷ Num primeiro momento, Schegloff mostra que a questão da referência a pessoas e lugares na conversação está sujeita a um “critério de granularidade”, que descreve da seguinte forma: “Nas práticas de formulação de lugar, a granularidade se mostra como um aspecto da gama de respostas potenciais a uma questão como ‘onde você está’ incluindo referências a formas como ‘de volta aos Estados Unidos’, ‘na Califórnia’, ‘em L.A.’, ‘Em Topanga’, ‘em casa’, ‘no escritório’, ‘na minha mesa’, ‘no computador’, ‘página 2’ etc. O ‘grau de resolução’ ou a ordem de organização do local invocou cada termo ‘zeroes in’ ou ‘pans out’ do alvo, e esse recurso é material para a ação ou outro efeito alcançado pela seleção do termo” (Schegloff 2000, 715). Ele então estende sua análise para ações e eventos.

sobre suas vidas e conquistas, sendo a discussão pontuada com registros selecionados pelo próprio convidado. Em um estágio relativamente inicial do programa – em que uma seção de conversa levava, como se viu, à execução de um álbum da Band of the Royal Marines – a princesa Margaret foi questionada se ela gostava de bandas desse gênero. Oh, sim, ela respondeu, fomos criados com isso (Heritage, 1998: 293).

Notando uma ocorrência do mesmo tipo em um programa radiofônico semelhante, Heritage formula uma primeira hipótese sobre o que então identifica como a instância “oh-prefaciante”: ela indica uma dificuldade em relação a uma questão colocada, o que provoca uma expressiva mudança de atenção (a marked shift of attention, p. 294): “Oh-prefaciante pode, portanto, ser uma prática por meio da qual um falante indica um problema sobre a relevância da questão, adequação ou pressuposições” (p. 295). O que sem dúvidas surpreendeu Heritage quando notou o uso dessa interjeição pela princesa Margaret é que ela parecia servir para marcar uma tomada de distância em relação a uma questão julgada não pertinente (gostar de música militar), sendo seguida por uma resposta não desprovida de tato (porque entre os ouvintes certamente havia fãs deste tipo de música). O segmento radiofônico poderia sem dúvida ser estudado como tal de uma forma interessante. É ainda preciso que o valor pragmático da interjeição seja estabelecido, o que não era o caso na época, a maioria dos estudos sobre essa interjeição tendo documentado sua função no início do primeiro turno (por exemplo, em uma declaração de elogio). Era preciso, portanto, verificar se a partícula *oh* aparecia de forma regular 1) em uma posição particular no interior de uma unidade de construção de turno (no início), 2) na qual ela mesma esteja posicionada em um contexto específico (em segunda posição ou na posição de resposta a uma pergunta em uma sequência do tipo pergunta/resposta). Isso resultou na constituição de um *corpus* constituído de trechos semelhantes em que a interjeição estava presente no mesmo contexto sequencial. A identificação intuitiva de um fenômeno conversacional, a partir de uma ou duas ocorrências, leva assim à constituição de uma classe (e de subclasses) que permite identificar o conjunto de valores pragmáticos da interjeição em determinado contexto sequencial e também, de forma significativa, ampliar o número de elementos pertencentes a outra classe, o dos marcadores, podendo ser encontrados na inicial dos turnos de fala servindo, de resposta a uma pergunta.

Em se tratando de explicar os princípios interacionais aos quais os interagentes recorreram para organizar de modo endógeno suas condutas, a investigação tentará

tatear para formar um conjunto de classes estáveis associadas a um fenômeno empírico dado. O dispositivo analítico posto em prática visará explicar todos os extratos obtidos em um *corpus* particular, e será importante não descartar sem razões sérias os casos “recalcitrantes” sem motivos graves. Essa dimensão foi introduzida desde os princípios da análise da conversação. Um exemplo agora clássico está contido na análise de Schegloff (1968) saudações telefônicas. Com base em um *corpus* constituído por várias centenas de ligações para os Estados Unidos, ele delimita várias classes de saudações, bem como os princípios de encadeamento sequencial que estão no princípio desses atendimentos telefônicos. Resta um caso desviante, correspondendo a uma situação na qual o chamador não fala primeiro – o que parece contradizer a regra que se aplica a todas as outras chamadas, a saber, “quem chama fala primeiro”. Em vez de ignorar essa ocorrência, Schegloff amplia seu dispositivo de análise para incluí-la⁸. Uma análise mais fina é então elaborada. Obviamente, nem sempre é possível proceder dessa maneira. Tomemos o exemplo de um *corpus* de “contadores de problemas” (troubles-telling) coletado e descrito por Jefferson e Lee (1981): eles observam que, em resposta à expressão de problemas enunciados por um locutor, o interlocutor geralmente tende a “se afiliar” ao primeiro, manifestando simpatia (demonstração afiliativa de compreensão); no entanto, às vezes ele pode emitir uma opinião, modificando radicalmente a natureza da situação que se transforma em um reencontro de serviço (service encounter). Em outras palavras, há então uma tentativa de mudança do formato interacional de partida por parte do interlocutor, tentativa que pode ou não ser coroada de sucesso. Nesse caso, o exame desses casos “desviantes” não contribui para modificar a análise da classe de “contadores de problemas”, mas a definir uma nova classe, de natureza transicional.

Devemos ter o cuidado de não confundir as situações examinadas até agora, nas quais o caso singular, ponto de partida da pesquisa, conduz à constituição de uma classe (e o caso desviante ao reexame dos critérios que definem a classe), com aquelas em que o caso singular resulta, ao adicionar outros casos singulares, na criação de uma coletânea. A abordagem não é idêntica. Para explorar a natureza social co-construída de uma organização interacional, um único extrato raramente é suficiente, e os autores recorrem a outras instâncias que permitiram especificar tal ou qual aspecto dessa organização ou mostrar que a interação poderia ter procedido segundo outras vias.

⁸ Ele inclui na análise o toque do telefone que pode constituir uma primeira parte de um par adjacente de sequência de tipo chamada-resposta.

Assim, o Sr. Goodwin, estudando a heterovigilância que os participantes exercem mutuamente quando interagem (monitoramento mútuo, Goodwin 1980) e mais particularmente quando os enunciados implicam avaliações, apresenta vários extratos que lhe permitem especificar diversos aspectos de sua análise: a natureza da vigilância efetuada pelo locutor diante de seu interlocutor, as reações desse último, incluindo aquelas relacionadas à orientação do olhar ou postura, e os efeitos em retorno ao locutor. Não é então a semelhança dos exemplos ou fragmentos do *corpus* que conta, mas sua capacidade de permitir dar profundidade a um problema particular. Tal abordagem “analítica” permite mostrar toda a complexidade de um fenômeno conversacional, a multiplicidade de suas facetas, e justifica a constituição de pequenos *corpora*.

3. Uma dialética necessária

Enfatiza-se, frequentemente, a natureza complementar dos dois tipos de análise. Assim, J. Sidnell afirma:

A metodologia básica em Análise de Conversação [...] envolve ir e voltar entre o exame detalhado de casos particulares, por um lado, e a visão mais sinótica da coletânea [classe] que esses casos juntos constituem, por outro (Sidnell, 2013: 77-78).

O procedimento analítico adotado pelos pesquisadores também não é visto como problemático:

O procedimento analítico clássico em análise da conversação começa com a percepção de algum ponto distinto de comportamento na interação social. O analista então trabalha para localizar outras instâncias, e, nesse processo, começa a identificar os limites do fenômeno de interesse. Como essas instâncias são reunidas em uma coletânea [classe], o analista pode começar a descrever a prática ou o fenômeno em termos de suas propriedades genéricas e independentes do contexto, afastando-se do particularidades de qualquer caso (Sidnell, 2013: 78).

No entanto, como acabamos de ver, um estudo conversacional não se dá necessariamente em duas etapas, sendo a primeira constituída pela identificação e exame de um caso singular, à procura de extratos semelhantes, e a segunda pela análise das próprias classes. Ele pode ser visto como o percurso de uma série de casos singulares que, de fato, constituem uma coletânea. A coletânea corresponde, portanto, a um segundo tipo de pequeno *corpus*. Da mesma forma, uma análise de classe pode, uma

vez realizada, permitir o retorno a vários casos singulares particularmente complexos. A heterogeneidade de extratos então supera sua homogeneidade. Tal inversão de prioridades analíticas não é surpreendente, na medida em que uma análise em classes sempre leva, de uma forma ou de outra, a questionar as marcas de familiaridade que serviram de critério para a constituição daquela classe.

As modalidades de articulação entre a análise de classe e o estudo de uma coletânea são, dessa forma, mais complexas do que Sidnell parece considerar. Para uma melhor caracterização da noção desse tipo de corpus, é necessário especificar a abordagem epistemológica adotada. É geralmente aceito que procedamos indutivamente e que o exame dos diversos itens reunidos no *corpus* permita verificar se eles atendem a todos ou a apenas parte dos critérios exigidos e se não novos critérios são necessários. O objetivo é realizar, quando possível, uma análise exaustiva fenômeno, com base em todas as ocorrências relevantes presentes na classe (Claymann e Gill 2004).

Considerando o estudo de J. Heritage e G. Raymond (2012) sobre questões polarizadas (questões de sim / não), com base em um *corpus* de pares de perguntas e respostas deste tipo, em conversas ordinárias e institucionais, os autores exploram “as várias formas de agenciamento e resistência em relação às perguntas”, com particular atenção para o surgimento de manifestações de resistência no início do turno de fala que contém a resposta (Heritage e Raymond 2012: 179-180). A constituição de uma classe não apresenta problemas particulares, pois o objeto estudado – o par polarizado pergunta/resposta – é facilmente identificável (a determinação das subclasses é, por outro lado, complexa). O grande número de exemplos, assim como sua diversidade, permite, então, especificar alguns pontos. Respostas sim/não representam a forma mais comum de resposta, ocorrendo em aproximadamente 75-80% dos casos estudados e, principalmente, como o primeiro elemento da resposta (Raymond 2003). O respondente tende a oferecer uma resposta de acordo com o tipo de pergunta (poucas pessoas respondem apenas parcialmente ou contrariam o formato polarizado). É possível determinar se a resposta atende ou não às expectativas geradas, não apenas pelo conteúdo da pergunta, mas pelo tipo de pergunta utilizado. Nesse caso, como em outros casos semelhantes, o acúmulo de exemplos tem, portanto, o efeito de aprofundar o exame dos elementos da classe, sem modificá-los.

A análise da conversação diz respeito a fenômenos interativos de todos os tipos⁹ e, assim, a determinação de uma classe pode ser mais complexa, especialmente quando é um elemento relacionado à estrutura da conversação (o pré-fechamento de um início de conversação), um tipo de declaração (a acusação) ou um gênero (a piada).

Consideremos o estudo de Schegloff e Sacks (1973) sobre a organização dos fechamentos em conversações. Com base em um *corpus* de conversas telefônicas transcritas, os autores identificaram segmentos indicativos de que os participantes tentam concluir sua fala, que se repetem na forma de um par contíguo. Eles são levados a considerar, para uma caracterização mais adequada do problema prático (por exemplo, como concluir uma fala conjuntamente?), uma gama muito mais ampla de fenômenos conversacionais¹⁰. Assim, após ter estudado a organização sequencial da conclusão, determinando uma série de subclasses e estudando em particular a segunda parte do par contíguo (p. 76), os autores tentam compreender o funcionamento do primeiro elemento do par. Eles percebem que este não apenas projeta o segundo membro do par, mas também indica a abertura de uma seção de fechamento (*initiated closing section*, p. 77). Na verdade, concluir uma conversa não é apenas uma questão sequencial localizada, mas também está ligada à organização estrutural da conversa – e por isso deve ser estudada tendo em conta as características de sua abertura (*opening up*) e de sua estrutura temática (*topical structure*) –, as diferentes ordens organizacionais não sendo estanques entre si. Para uma compreensão adequada do fenômeno, Sacks e Schegloff não podem se limitar a estudar um único tipo de par contíguo. Ao postular a existência de uma seção de fechamento, são levados a alargar a análise, de forma a compreender as relações que esta mantém com outros elementos estruturais da organização geral da conversa. Além disso, não é apenas a conversa como um todo que é examinada, mas a série de conversas em que ela se desenrola (em uma seção de fechamento, muitas vezes encontramos alusões a conversas anteriores) e, conseqüentemente, a situação social propriamente dita¹¹: “o modo como uma conversa é conduzida é sensível ao posicionamento da conversa em uma interação ou ocasião específicos” (Schegloff e

⁹ Por exemplo: “atividades de enquadramento, sequências de ações, ações específicas, escolhas lexicais específicas, entonação, comportamentos não vocais, e outros componentes que mobilizados em turnos de fala (Clayman et Gil 2004).

¹⁰ Schegloff et Sacks destacam que “o problema da reformulação é usado para localizar uma gama muito mais ampla de dados relevantes para a questão dos fechamentos (1973: 69).

¹¹ O problema do fechamento aparece de forma diferente se se trata de uma conversa telefônica entre amigos, de uma conversa num voo entre dois passageiros que não se conhecem ou entre membros de uma família durante uma refeição etc.

Sacks 1973: 96). O exame em classes e subclasses de um segmento de conversação não pode ser realizado independentemente de uma reflexão sobre a organização estrutural geral da conversação (ou seja, abertura da conclusão, conclusão da abertura etc. .) e sobre a cadeia de trocas como parte da rede relacional de participantes.

Em última análise, tais considerações estruturais levam a quebrar a classe inicial em subclasses organizadas de maneira hierárquica. A classe inicial reúne um conjunto de unidades substituíveis, tendo uma (ou mais) propriedades comuns, ou sendo ligadas umas às outras por traços de familiaridade – consideraremos, por exemplo, que somente os segmentos de fechamento de abertura que não contenham abertura de fechamento podem ser incluídos nessa subclasse. Para isso, a análise das classes não é suficiente: é necessário também realizar um estudo contextual aprofundado das conversas, a fim de determinar as características da relação social que se produz através dos tipos de fechamento que os participantes usam rotineiramente (ou que eles modificam de acordo com as contingências). É então necessária a análise de casos singulares que podem melhorar consideravelmente a compreensão de, por exemplo, certos tipos de fechamento, que acabam sendo muito genéricos a partir da observação trivial segundo a qual um par contíguo (por exemplo, adeus / adeus) é uma "ferramenta" útil para fechar uma conversação.

Com efeito, na prática de análise da conversação, deve-se levar em consideração os vínculos estreitos entre a análise de classe e o estudo de casos singulares. É comum começar com o último e, uma vez que sua compreensão de um problema de conversação tenha sido estabelecida, procurar exemplos semelhantes no *corpus* e, em seguida, formar classes. Mas, como acabamos de ver, também podemos proceder na ordem inversa, começando por um estudo de coletânea (por acumulação de casos singulares), produzindo resultados significativos (Fornel e Verdier, 2014).

A análise das classes possibilita uma análise quantitativa do corpus. Como Schegloff observou, a análise quantitativa não é uma alternativa à análise qualitativa, esta pode ser construída simultaneamente. Diante disso, é possível questionar se um tipo de abertura de consulta médica é realizada com maior frequência do que outro, ou se a falta de ratificação de um tema leva à sua reintrodução em uma seção de fechamento. Um estudo quantitativo de certos fenômenos sequenciais pode, assim, permitir um melhor entendimento de suas características no plano qualitativo. No entanto, o estudo quantitativo nunca pode substituir o exame das propriedades interacionais de cada membro da classe. Schegloff destaca:

Podemos nos equivocar seriamente se permitirmos que a possibilidade da análise quantitativa nos livre da necessidade de demonstrar a operação do que consideramos estar acontecendo em fragmentos específicos de conversa (Schegloff 1993 : 102).

A posição adotada por Schegloff, no entanto, tem o defeito de não distinguir entre a análise de classe e o estudo de uma coletânea de casos singulares, podendo dar a impressão de que a análise quantitativa pode ser empregada tanto em um procedimento quanto em outro. Este não é o caso. Só a primeira se presta a um estudo quantitativo interessante porque implementa um raciocínio que não é apenas indutivo. Através do estabelecimento de classes e subclasses, é a relevância de uma estrutura conversacional, bem como os princípios interacionais, que são trazidos à luz e avaliados, mesmo que isso signifique transformar radicalmente os critérios de partida. Epistemologicamente, há, portanto, uma interação constante entre a análise dos dados examinados, que opera de forma indutiva, e as hipóteses forjadas e testadas à medida que o *corpus* cresce em tamanho. A análise quantitativa pode, então, ajudar a apoiar as hipóteses feitas, revelando regularidades estatísticas ou deixando espaço para interpretações e previsões.

4. A etnografia de situações

Vimos que os critérios de inclusão (ou exclusão) em uma classe são baseados na semelhança ou na familiaridade. Uma vez que nada na conversação é repetido exatamente da mesma forma, ainda que sejam diferenças apenas no posicionamento sequencial, as discrepâncias entre os fragmentos são consideradas expressivas e o exame desses fatores pode contribuir significativamente para a análise. Portanto, é necessário, na medida do possível, aumentar o tamanho de um corpus, até que, empiricamente, decidamos impor um limite, seja por falta de exemplos disponíveis, seja porque a redundância parece ter prevalecido. Operando em um princípio aditivo, um *corpus* com base na ideia de classes é, nesse sentido, mais interessante. Em um nível prático, ter um pequeno *corpus* geralmente significa que se está em um estágio provisório de pesquisa. Tentaremos constituir um *corpus* maior, quando o objetivo for oferecer análises mais robustas. Em contraste, uma coletânea composta de casos singulares (sem critérios particulares que regem sua constituição, exceto por sua utilidade para análise) não está necessariamente destinada a crescer: a introdução de

novos extratos muitas vezes possibilita aprofundar o funcionamento de um dispositivo sequencial e sua ancoragem contextual. Se a análise de classes tende a favorecer a criação de grandes bancos de dados, a coletânea implica uma lógica de pequeno *corpus* e a escolha do número de extratos retidos depende apenas do quanto eles contribuem para a argumentação.

No caso da análise de classes, ao contrário, mesmo que raramente seja objeto de questionamento explícito, um princípio de delimitação deve ser introduzido em algum ponto. Do ponto de vista epistemológico, a ideia de que seria possível determinar, a partir de traços do próprio dispositivo conversacional, um princípio que permitisse interromper a iteração acaba por se basear em uma ilusão. A análise de conversação não dispõe de um princípio desse tipo. É necessário, portanto, recorrer a um critério externo. Na maioria das vezes, esse princípio deve ser buscado no levantamento etnográfico que orientou a constituição do *corpus* e que, sozinho, é capaz de determinar sua dimensão e sua qualidade.

A análise da conversação tem como objeto o estudo dos enunciados em contexto, sendo esse contexto constituído pelos turnos de fala e pelas sequências de ação em que ocorrem. Não podemos separar os dados conversacionais dos outros elementos presentes na situação. Deve-se levar em conta informações que vêm do senso comum e das circunstâncias pragmáticas a propósito das práticas de contextualização dos participantes (Duranti e Goodwin 1992):

A ação de um falante é moldada pelo contexto de sua participação em uma sequência contínua de ações, que não podem ser adequadamente compreendidas, exceto por referência a esse contexto, incluindo, especialmente, a configuração de ações praticadas imediatamente antes daquela na qual ele participa. Esta contextualização de enunciados é um procedimento importante e incontornável que os ouvintes usam para interpretar conversações e também é algo em que os falantes se atentam para conceber o que vão dizer (Heritage 1984: 242).

A análise conversacional busca produzir uma descrição da organização da interação que leva em conta tanto o caráter indicial, situado (“sensível ao contexto”), quanto afirmações e ações e suas sistematicidades, devido ao fato de estas últimas poderem aparecer como independentes de um contexto particular (“livre do contexto”)¹². Assim, quando os dados conversacionais são considerados do ponto de

¹² Esta distinção é emprestada de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) e deriva da gramática gerativa.

vista da classe a que pertencem, sua contextualização não requer mais do que uma descrição sequencial. De uma perspectiva etnográfica, a análise conversacional parece demandar uma descrição mais tênue (“descrição breve”, Geertz 1998). No caso do estudo de um *corpus* constituído por uma coletânea, a prática será bem diferente, pois envolve a busca de todos os elementos contextuais necessários para compreender aquela série de casos singulares. É necessária uma abordagem etnográfica que visa a descrição abrangente (“descrição robusta”, Geertz 2009). O estudo do contexto etnográfico, aliado a uma análise sequencial aprofundada, permitirá a elaboração de uma descrição densa e rica do significado que as sequências particulares de ações tiveram para os atores em um determinado momento da interação.

O estudo de uma coletânea está centrado na dinâmica geral da conversa, que pode ser concebida de forma gestaltista como uma interação entre uma “figura” e um “plano de fundo”: a primeira é o evento central (por exemplo, a resposta a uma pergunta, a introdução de “oh” no início do turno de fala) em um determinado momento da conversação e a segunda o contexto interacional. Ao contrário, a abordagem de classe toma a figura como seu objeto, destacando-a temporariamente do plano de fundo, com a consequência que:

o evento central é considerado o foco da atenção dos participantes, enquanto aspectos do contexto não são destacados, mas, em vez disso, tratados como fenômenos de fundo [...]. O efeito disso é que o evento central, com sua estrutura muito mais claramente articulada, recebe a maior parte da atenção em termos de método de análise e de descrição, enquanto o fundo mais amorfo do contexto não recebe a mesma ênfase. (Goodwin e Duranti 1992: 9-10)

Diferentemente de muitas abordagens em linguística de *corpus*, que operam com um distanciamento quase intransponível entre a figura e o fundo (por exemplo, a importância que certas abordagens dão aos metadados são, deste ponto de vista, o sintoma de uma dificuldade), a análise conversacional de classes se concentra apenas provisoriamente na figura e nunca perde de vista a necessidade de considerar as interações entre figura e fundo. A descrição breve dos *corpora* pode levar a uma descrição mais densa e holística do *corpus*, como é tipicamente praticado no caso do estudo de uma coletânea.

Conclusão

A abordagem conversacional dos *corpora* tende a favorecer, ora uma análise que extrai seletivamente do conhecimento etnográfico das situações os elementos de uma contextualização adequada dos exemplos de classe, ora uma abordagem etnográfica holística que busca apreender a situação em toda a sua complexidade.

O desenvolvimento da análise de classe, na qual abordagens quantitativas podem ser inseridas, deve levar a uma aproximação produtiva da análise da conversação com a linguística de *corpus*. Em virtude da estreita interação que a análise de classe deve necessariamente manter com o estudo de coletâneas, dadas as suas modalidades de validação com este procedimento de estudo, ela será sempre *também* uma linguística de pequeno *corpus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLAYMAN S. E., GILL V. T. (2004). « Conversation analysis », in M. Hardy et A. Bryman (éd.) Handbook of data analysis. SAGE Publications, 589-606.

DURANTI A., GOODWIN C. (1992). « Rethinking context : an introduction », in A. Duranti et C. Goodwin (éd.) Rethinking context : Language as an interactive phenomenon. Cambridge : Cambridge University Press, 1-42.

FACHINETTI R. (éd.) (2007). Corpus Linguistics 25 years on. Amsterdam : Rodopi.

FORNEL M. de (1990) « Sémantique du prototype et analyse de conversation », Cahiers de linguistique française 11 : 159-178.

FORNEL M. de (1994). « Faire parler les objets : perception, manipulation et qualification des objets dans l'enquête policière », in B. Conein et al. (éd.) Les objets dans l'action, De la maison au laboratoire, coll. « Raisons pratiques » 4 : 241-265.

FORNEL M. de, LÉON J. (2000). « L'analyse de conversation, de l'ethnométhodologie à la linguistique interactionnelle », Histoire Épistémologie Langage 22 (I) : 131-155.

FORNEL M. de, VERDIER M. (2014). Aux prises avec la douleur – Analyse conversationnelle des consultations d'analgésie. Paris : Éditions de l'EHESS, coll. « Cas de figure ».

GEERTZ C. (1998). « La description dense – Vers une théorie interprétative de la culture », Enquête 6 : 73-105.

GOODWIN C. (1984) « Notes on story structure and the organization of participation », in J. Maxwell Atkinson et J. Heritage (éd.) Structures of social action : Studies in Conversation Analysis. London : Cambridge University Press, 225-246.

GOODWIN M.H. (1980). « Processes of mutual monitoring implicated in the production of description sequences », *Sociological Inquiry* 50 : 303-317.

HERITAGE J. (1984). *Garfinkel and ethnomethodology*. Cambridge : Polity Press, 242.

Heritage J. (1998). « Oh-prefaced responses to inquiry », *Language in Society* 27(3) : 291-334.

HERITAGE J, RAYMOND G (2012). « Navigating epistemic landscapes : Acquiescence, agency and resistance in responses to polar questions », in J.P. De Ruiter (éd.) *Questions : Formal, Functional and Interactional Perspectives*. Cambridge : Cambridge University Press.

JEFFERSON G., LEE J. (1981). « The rejection of advice : managing the problematic convergence of a 'troubles-telling' and a 'service encounter' », *Journal of Pragmatics* 5 : 399-422.

MAYNARD D. W. (1997). « The news delivery sequence : Bad news and good news in conversational interaction », *Research on language in social interaction* 30(2) : 93-130.

MONDADA L. (2008). « L'analyse de "collections" de phénomènes multimodaux en linguistique interactionnelle : À propos de l'organisation systématique des ressources gestuelles en début de tour », *Cahiers de praxématique* 50 : 21-66.

POMERANTZ A. (1984). « Agreeing and disagreeing with assessments : some features of preferred and dispreferred turn shapes », in J.M. Atkinson et J. Heritage (éd.) *Structures of social action*, 57-101.

RAYMOND G. (2003). « Grammar and social organization : Yes/No interrogatives and the structure of responding », *American Sociological Review* 68 : 939-967.

SACKS H. (1992). *Lectures on Conversation*. Oxford : Basil Blackwell.

SACKS H., SCHEGLOFF E. (1973). « Opening up closings », *Semiotica* 4-13 : 69-99.

SACKS H., SCHEGLOFF E., Jefferson G. (1974). « A Simplest Systematics for the Organization of Turntaking in Conversation », *Language* 50 : 696-735.

SCHEGLOFF E. (1968). « Sequencing in Conversational Openings », *American Anthropologist* 70(6) : 1075-1095.

SCHEGLOFF E. (1987). « Analyzing single episode of conversation : an exercise in conversation analysis », *Social Psychology Quarterly* 50 : 101-114.

SCHEGLOFF E. (1992). « Repair After Next Turn : The Last Structurally Provided Defense of Intersubjectivity in Conversation », *American Journal of Sociology* 97(5) : 1295-1345.

SCHEGLOFF E. (1993). « Reflections on Quantification in the Study of Conversation », *Research on Language and Social Interaction* 26/1 : 99-128.

SCHEGLOFF E. (1996). « Confirming Allusions : Toward an Empirical Account of Action », *American Journal of Sociology* 102(1) : 161-216.

SCHEGLOFF E. (2000). « On Granularity », *Annual Review of Sociology* 26 : 715-720.

SIDNELL J. (2013). « Basic conversation analytic methods », in J. Sidnell et T. Stivers, *The Handbook of Conversation Analysis*. Blackwell Publishing Ltd, 77-99.

WHALEN J., ZIMMERMAN D. H., WHALEN M. R. (1988). « When words fail : a single case analysis », *Social Problems* 35 : 335-362.

Como referenciar este artigo:

FORNEL, Michel de & VERDIER, Maud. Corpus, classes e coletâneas em análise da conversação. Tradutores: Érika de Moraes e Hélio Oliveira. revista **Linguagem**, São Carlos, v.36, Dossiê Metodologias da Pesquisa em Ciências da Linguagem, jul./dez. 2020, p. 1-19.